

Conselho Municipal de Saúde de Ibacioga - MG

Resolução 06/2020

Dispõe sobre a realização das reuniões do Conselho Municipal de Saúde de Ibacioga, excepcionalmente, pelo período da pandemia de Coronavírus, através do grupo do Whatsapp

O plenário do Conselho Municipal de Saúde em sua 65ª Reunião, realizada no dia 24 de abril de 2020, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Municipal 735/2013, de 01 de novembro de 2013, objetivando consolidar, fortalecer, ampliar e acelerar o processo de Controle Social do SUS;

Considerando que o Conselho Municipal de Saúde, atua em caráter permanente e deliberativo, na formulação de estratégias e no controle de execução das políticas de saúde na instância correspondente, inclusive no que tange os processos econômicos e financeiros, conforme Resolução nº 543 do Conselho Nacional de Saúde; e

- A lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
- A Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 01 – Aprova a realização das reuniões do Conselho Municipal de Saúde de Ibacioga, excepcionalmente, pelo período da pandemia de Coronavírus, através do grupo do Whatsapp.

Art. 02 – Esta Resolução entra em vigor na data da publicação.

Ibacioga, 24 de abril de 2020.

Conselho Municipal de Saúde de Ibacioga - MG

Luiz Rodrigues Pereira
Luiz Rodrigues Pereira

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Lucimara Maria de Souza Campos
Lucimara Maria de Souza Campos
Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Art. 1º - O Conselho Municipal de Saúde é órgão deliberativo, criado pelo Decreto nº 1002, de 24 de fevereiro de 2002, que estabelece normas para o funcionamento da Administração Pública Municipal, com competência para elaborar propostas, opinar sobre assuntos de interesse público e fiscalizar a execução das políticas de saúde no Município.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Saúde é composto por dezesseis membros, sendo dez eleitos diretamente pelo povo, três nomeados pelo Poder Executivo, um nomeado pelo Poder Legislativo, um nomeado pelo Poder Judiciário, um nomeado pelo Conselho Tutelar, um nomeado pelo Conselho de Desenvolvimento Sustentável e um nomeado pelo Conselho de Defesa Civil.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Saúde é presidido por presidente, que exerce suas funções por tempo determinado, nomeado pelo Poder Executivo, com mandato de dois anos, podendo ser reeleito para o mesmo período.

Art. 4º

Art. 5º - A sede administrativa dos conselhos do Conselho Municipal de Saúde é fixada pelo Poder Executivo, para efeitos de funcionamento da Administração, quando da aprovação da lei orçamentária.

Art. 6º - Fica autorizada a criação de conselhos.

Assinatura: Luiz Rodrigues Pereira